

Formas kantianas da sensibilidade em sua dupla perspectiva estética

FABIO HILÁRIO BRAMBILLA¹
VALERIO ROHDEN²

*Nós nunca temos, nem um único dia,
O puro espaço ante nós, para o qual as flores
Se abrem infinitamente.
(RILKE, 8ª Elegia de Duíno)*

RESUMO

Aqui são inicialmente comparadas duas formas de sensibilidade estética: primeiro em sua forma cognitiva, como teoria da sensibilidade da ‘Crítica da razão pura’ (1781 = ed. A, 2ª. ed. 1787, = ed. B abrev. KrV), e, segundo, como forma estética reflexiva ou forma do gosto, da ‘Crítica da faculdade do juízo’ (1790, abrev. KdU). A primeira é dita forma objetiva e a segunda, subjetiva ou, melhor, intersubjetiva. A primeira tem diretamente em vista o conhecimento e a segunda o prazer estético, também chamado de sentimento de vida. Analogamente à indeterminação fenomênica ao nível da sensibilidade “objetiva”, há também uma indeterminação estética do gosto. Enquanto a primeira se completa na determinação conceitual, a segunda jamais se completa, mantém-se sempre aberta, em processo. Por isso a terceira crítica é considerada mais crítica que as demais. O artigo conclui com algumas considerações complementares e introdutórias à primeira forma de sensibilidade.

Palavras-chave: sensibilidade, conhecimento, gosto, objeto, reflexão.

¹ Acadêmico do Curso de Filosofia – Bolsista da FAPERGS ² Professor do Curso de Filosofia / ULBRA. (rohden@via-rs.net)

ABSTRACT

The paper compares two forms of aesthetic sensibility: the cognitive form, as a theory of sensibility according to the 'Critique of Pure Reason' (1781= ed. A. 2a. ed. 1787= ed. B, abbrev. KrV), and the aesthetic reflexive form or form of the taste, according to the 'Critique of Judgment' (1790, abbrev. KdU). The first is said to be objective and the second subjective, or better, inter-subjective. The first relates directly to knowledge, and the second relates to aesthetic pleasure, also called feeling of life. Analogously to the phenomenical indetermination of the "objective" sensibility, there is also an aesthetic indetermination of the taste. Inasmuch as the first completes itself in the conceptual determination, the second never completes itself, it keeps itself always open, in process. For this reason, the Third Critique is more critical than the other two. The article concludes with some complementary and introductory considerations on the first form of sensibility.

Key words: sensibility, knowledge, taste, object, reflexion.

OS DOIS SENTIDOS DO ESTÉTICO

A teoria da sensibilidade em Kant envolve duas perspectivas diversas. Uma, que é a perspectiva chamada objetiva ou do conhecimento, estuda a sensibilidade em sua matéria, mas principalmente em sua forma. As formas da sensibilidade são o espaço e o tempo. Como formas, elas são condições ou modos gerais de ver, ouvir, perceber e sentir. Ou seja, espaço e tempo não se encontram fora de nós, como coisas ou momentos delas, mas se encontram em nós como a forma de nosso relacionamento com todos os objetos capazes de afetar os nossos sentidos. Esta perspectiva tomou o estético em seu sentido literal grego, como ligado à sensação, o que não deixou de ser curioso, já que na época de Kant prevalecia, pelas mãos do seu mestre Baumgarten, um novo sentido de estético como ligado a uma teoria do belo e do gosto.

Esta outra perspectiva desde a qual Kant determina a sensibilidade, mas sem o uso do termo em causa, é a que estamos acostumados a entender como sensibilidade estética, ou seja como uma forma de gosto, um modo de percepção do belo

ou do feio. Esta é uma perspectiva que se elabora a partir de sua teoria do juízo reflexivo, voltado, não propriamente para uma mera subjetividade, em contraposição à objetividade, mas antes para uma intersubjetividade. Pois o gosto é um prazer virtual que reivindica sua concretização pela universal comunicabilidade estética.

Até a 2ª ed. da *Crítica da razão pura* (1787), Kant elevava-se a uma perspectiva apriorística apenas em relação à forma objetiva da sensibilidade, ou seja, do espaço e do tempo como formas de percepção fenomênica. A posterior descoberta de um *a priori* estético em relação ao gosto, tematizado na *Crítica da faculdade do juízo* (1790), foi uma descoberta de Kant do fim dos anos 1787, documentada numa carta a Reinhold.³ Esta forma concerne a uma percepção de que, apreciando um objeto estético, como a natureza ou arte bela, eu reconheço a sua forma como universalmente comunicável entre todos os sujeitos capazes de ter gosto.

³ Cf. KANT, I. *Briefwechsel*. Hamburg: Felix Meiner, 1986, p.335 (carta de 28 e 31 dez. 1787). Na 2ª. ed. da *Crítica da razão pura*, de poucos meses antes (abril de 1787), Kant ainda mantinha a concepção empirista do juízo estético. Cf. *KrV*, A 22 B 36, trad. p.72.

A filosofia de Kant é marcada pelo estudo do *a priori*, tanto em relação ao conhecimento, quanto em relação à ação e em relação ao gosto. A perspectiva de consideração do *a priori* como fonte do que se pode conhecer, fazer ou sentir, é chamada de perspectiva transcendental. O transcendental é o estudo do *a priori* como condição de possibilidade de atuação humana nessas três esferas. Ou seja, as faculdades através das quais se opera essa perspectiva transcendental são a do conhecimento (razão, entendimento, imaginação, sensibilidade), a da ação (faculdade de apetição ou de desear) e a do sentimento estético (sentimento de prazer e desprazer). Há uma faculdade que engloba todas essas faculdades e as articula entre si; ela chama-se de ânimo. Tanto no domínio do conhecimento há uma articulação de faculdades entre si, principalmente entre entendimento e sensibilidade, quanto há essa articulação nos demais domínios. Ou seja, o ânimo é o todo das faculdades humanas, dinamicamente articuladas entre si por uma faculdade chamada juízo. O juízo é um talento de articulação do geral (conceito) e do particular (intuição) entre si. Se ele como talento tem algum lugar, é antes na faculdade estética, do sentimento de prazer e desprazer. Kant desenvolve na terceira Crítica, principalmente em suas duas Introduções, toda uma teoria da função articuladora do juízo entre teoria e prática ou entre as faculdades. O juízo é, do ponto de vista estético e a nível reflexivo, a identificação *a priori* da possibilidade de uma determinada harmonia ou acordo entre as faculdades. A percepção desta possibilidade de acordo gera prazer. Por isso a Estética no sentido de teoria do gosto assume um lugar privilegiado na concepção filosófica kantiana, expressa eminentemente nas três Críticas. E sentir prazer, a um nível reflexivo da sensibilidade, é experimentar o prenúncio de um possível acordo qualquer entre os homens.

Na experiência primordial do originamento de um conhecimento, ainda se tem consciência da vinculação entre conhecimento e prazer. Com o desenvolvimento do conhecimento, essa experiência vital se perde. Mas a um alto preço: a atividade cognitiva torna-se mecânica e deixa de reconhecer-se como criativa.

Não devia, pois, causar estranheza aos matemáticos e geômetras, nem deveria significar que se tira sua ciência do sério o fato de relacioná-la com a arte e, talvez, até com a mais criativa das artes, que é a poesia. Porque, segundo Kant, a poesia é que envolve a máxima articulação entre as faculdades.⁴

Voltemo-nos para a nossa epígrafe, os versos de Rilke: “Nós nunca temos, nem um único dia, o puro espaço ante nós, para o qual as flores se abrem infinitamente.”⁵ Esta frase permite-nos o tratamento específico do nosso tema: a sensibilidade, em sua dupla forma: sensorial-cognitiva e sensível-estética (ou apreciativa).

ESPAÇO E TEMPO COMO FORMAS COGNITIVAS DA SENSIBILIDADE

Nós jamais podemos ter o puro espaço, e tampouco o puro tempo, diante de nós. Porque, se assim fosse, nós diríamos que vemos o ver, ouvimos o ouvir, sentimos o sentir. Nós não vemos o espaço e o tempo, porque são eles que

⁴ Cf. KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense, 1993, p.171, B 215.

⁵ RILKE, Rainer Maria. *Poemas. As elegias de Duíno*. Prefácio, seleção e tradução de Paulo Quintela, nova ed. Porto: O Oiro do Dia, 1983, p.216-7.

vêm, é a partir deles que nós vemos as flores como matéria. Espaço e tempo, como formas de ver ou sentir, são forma e não matéria de nossa sensibilidade. Podemos dizer popular e empiricamente que sentimos o tempo passar, que percebemos a distância de nosso caminho a percorrer-se de um ponto a outro. Isto é tão real como o sol levantar-se diante de nós e percorrer em um dia a abóbada celeste. A ciência está repleta de desmentidos das verdades do senso comum. Do mesmo modo, se a forma da nossa sensibilidade não fosse nem tempo nem espaço, não teríamos condições para ver aqueles mencionados fenômenos empíricos. Quem detecta as ilusões ao nível da sensibilidade? É uma faculdade mais alta: é o julgar ao nível do entendimento. Mas não é a sensibilidade que se engana, e sim o entendimento ao assumir a perspectiva das aparências.

Portanto, Kant entende a sensibilidade como dotada de formas *a priori*, mediante as quais podemos perceber os fenômenos (aquilo que se mostra). Tudo se vê, se percebe, a partir das formas espaço-temporais da sensibilidade. Sem estes elementos apriorísticos nela, isto é, sem estas formas que não provêm da experiência, nenhuma matéria se mostraria e nenhuma flor apareceria no espaço, e com uma duração determinada ou determinável. O espaço é a forma da percepção de todos os fenômenos externos, e o tempo é a forma da percepção de todos os fenômenos internos, ou seja dos estados da consciência, como consciência de sua duração. Mas como a representação espacial é também uma representação, portanto um fenômeno interno, o tempo, segundo Kant, funda a representação espacial. Todas as representações espaciais são em última análise temporais. Mas tampouco o tempo se contenta com representações engano-

sas, ou seja, com estados subjetivos desvinculados do mundo exterior. Como forma da sensibilidade, ele une-se intimamente ao espaço. E é, portanto, dentro de um mundo objetivo – em que objetos se dão ainda indeterminadamente – que tempo e espaço são formas fenomênicas. Nós não conhecemos apenas mediante as formas da sensibilidade. Sem a união de sensibilidade e entendimento, ou de intuição e conceito, a nossa percepção é cega e o nosso conceito é vazio. O que conhecemos através das formas da sensibilidade, são, no entanto, apenas fenômenos (modos de dar-se das coisas), mas jamais as coisas em si, independentes desse modo de dar-se. Que seriam as coisas fora de uma relação de conhecimento? A pergunta é absurda: não se pode perguntar ou saber o que é algo fora da pergunta ou do saber.

AS FORMAS DA SENSIBILIDADE ESTÉTICA

Os objetos estéticos resumem-se eminentemente ao belo, ao feio, ao agradável e desagradável, ao sublime. Mas como se dão? Dão-se a uma sensibilidade reflexiva chamada gosto. Trata-se de uma sensibilidade reflexiva, que é um ir em direção ao entendimento, mas sem determinação de seu término. A reflexão sobre as formas é um processo de pôr-se a caminho do conhecimento, sem chegar lá. Porque o estético distingue-se da determinação cognitiva por ser ele uma forma de sentir, com certo grau de elaboração. O grau de elaboração é o gosto, que requer uma certa cultura do ânimo.⁶

⁶ Cf. KANT, I. *KdU* B262, trad. bras. p.199.

Mas vejamos: a relação entre sujeito e objeto é, no caso estético, o contrário da relação cognitiva. Quando vejo um objeto, por exemplo, uma rosa e digo que é bela, significa que sinto prazer em contemplá-la. Sentir prazer diante de um objeto significa relacioná-lo com o estado do sujeito. Este estado do sujeito é o sentimento de vida. A experiência estética de um objeto como belo significa uma promoção do sentimento de vida. Por isso, interessantemente em Kant, o prazer estético é o sentimento de promoção da vida. Logo, a experiência estética é uma experiência primordial, sem a qual perdemos o gosto de viver. E, sem ela, também deixamos de contemplar as estrelas e investigá-las.

Houve um tempo em que conhecimento e prazer estavam unidos, observei antes. Se quisermos manter a criatividade do conhecimento, temos de recuperar essa experiência de união. Sem prazer não vivemos, sem beleza não nos achamos em casa no mundo, sem admiração não investigamos. A admiração reflexiva põe em movimento o conhecimento, mas quem o conclui é essa outra esfera objetiva, denominada matemática ou geometria, em relação ao tempo e espaço.

Não vemos o espaço e o tempo diante de nós. Mas nós os sentimos em nós. E sentindo-os, vemos as flores que crescem neles. Sem o prazer estético, só vemos neles plantas mortas, logo falsificamos os objetos que queremos conhecer.

Enfim, assim como não conhecemos apenas com as formas da sensibilidade, mas só mediante a sua união com as formas do entendimento (as categorias), assim também não percebemos a beleza mediante o simplesmente agradável, que em seu sentido sensorial mais elementar, como o prazer de comer uma fruta ou de beber um vinho. O belo vem um pouco depois, no re-

finamento do comer e beber, portanto, pela abertura da sensibilidade estética à reflexão.

COMPLEMENTOS

Detenhamo-nos em mais alguns aspectos da dimensão cognitiva da teoria kantiana da sensibilidade. A Estética em seu sentido cognitivo objetivo é estudada do ponto de vista de uma teoria transcendental da sensibilidade. O termo transcendental tem um sentido novo em Kant. Ele significa aqui o estudo das condições *a priori* do conhecimento. Condições *a priori* são condições de possibilidade. As condições *a priori* formais são relações dentro das quais a matéria aparece e se dá a conhecer sensivelmente. A forma constitui-se de relações. Kant escreve: “A forma pura de intuições sensíveis em geral na qual todo o múltiplo dos fenômenos é intuído em certas relações, será encontrada *a priori* na mente” (KrV B 34).

Comentemos essa frase. Intuições são as representações da sensibilidade. São o ver, o ouvir, o tato etc. Estas são representações empíricas. Existem também intuições não empíricas, intuições puras, que se identificam com as formas do espaço e do tempo. A forma pura dessas ações intuitivas são aquelas condições da sensibilidade que as possibilitam. São condições formais, como formas da sensibilidade, portanto não externas a ela, não dadas como conteúdo, mas como formas nas quais o conteúdo do conhecimento sensível é dado. Essa forma é pura, porque não é dada na experiência, empiricamente. Uma forma é pura porque não contém sensação. Sensação é o modo como somos afetados por objetos. Estes objetos, chamados fenômenos, são dados em certas relações. A frase citada diz que o

múltiplo dos fenômenos é dado em certas relações. Quer dizer, os fenômenos contêm uma pluralidade de aspectos, que são ordenados formalmente. Estas relações ordenadoras são chamadas espaço e tempo. Logo, espaço e tempo são formas da sensibilidade, dentro das quais os fenômenos em sua matéria são ordenados.

Mas os fenômenos se dão ao nível da sensibilidade, são ordenados espacial e temporalmente, o que contudo não basta para serem conhecidos. A ordenação sensível é apenas uma parte do conhecimento, insuficiente para a identificação do objeto, a qual é operada por uma determinação conceitual. O fenômeno, enquanto ordenado sensivelmente, define-se como “objeto indeterminado de uma intuição empírica” (*KrV* B 34). A sua indeterminação significa que ao nível sensível não sabemos o que um objeto seja. O conceito é o pensamento do objeto, dado na intuição sensível. Só quando unimos intuição e conceito sabemos o que um objeto é. “Sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios. Intuições sem conceitos são cegas” (*KrV* B 75).

Essa famosa frase diz que um ver ou ouvir não bastam para a identificação de um objeto. A teoria do espaço e do tempo como formas gerais da sensibilidade é apenas uma primeira parte de uma teoria do conhecimento. Esta teoria envolve outros *a priori*, como as categorias ou formas puras, equivalentes e complementares, ao nível do entendimento, às formas puras do espaço e do tempo, da sensibilidade. A essas determinações transcendentais das condições do conhecimento segue-se uma dedução, como demonstração da necessidade dessas formas puras para o conhecimento. E segue-se um estudo dos princípios supremos do conhecimento, como uma teoria do juízo em que o conhecimento do objeto se completa.

CONCLUSÕES

A aventura da primeira Crítica, como se sabe, vai mais longe. Por enquanto bastam estas considerações introdutórias.

Quem quiser saber mais sobre isso, convém que se invista de coragem, e ouse ler as três Críticas de Kant. O que queríamos dizer, com estas considerações introdutórias, é que se a sensibilidade recuperar sua unidade objetiva e intersubjetiva, se a partir daí formos capazes de vislumbrar uma possível harmonia de faculdades, então a vida e o conhecimento se salvam, como flores que crescem num espaço e tempo que as comportam, sem que os vejamos, mas que conhecemos ou em sua objetivação, ou transcendentemente, como as condições primeiras do conhecimento e do gosto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMINGUES, Fabian S. **O guia empírico e a matematização da percepção**. Uma análise da doutrina das sensações na Crítica da razão pura. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2005.

HÖFFE, Ottfried. **Immanuel Kant**. Tradução de Christian Hamm e Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. **Briefwechsel**. Hamburg: Felix Meiner, 1986.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura (abrev. KrV)**. Tradução de Valerio Rohden e Udo B. Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática (abrev. KpV)**. Edição bilíngüe com repro-

dução do texto da 1ª. ed. original alemã, com tradução, introdução e notas de Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo (abrev. KdU)**. Tradução e notas de

Valerio Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

RILKE, Rainer Maria. **Poemas: As Elegias de Duíno**. Prefácio, seleção e tradução de Paulo Quintela. Porto: O Oiro do Dia, 1986.